



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680207 - SC (2021/0219557-2)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO BURLANI NEVES - SC036518
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : E L DE L (INTERNADO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CORRÉU : M M DE O
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de E. L. DE L. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Agravado de Instrumento n. 5020753-15.2021.8.24.0000).

O paciente, submetido há cerca de 1 ano e 8 meses de cumprimento de medida socioeducativa de internação pela prática de ato infracional análogo ao crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, teve indeferido o pedido de progressão para medida socioeducativa menos gravosa.

A impetrante sustenta a necessidade de substituição da medida socioeducativa de internação pela de liberdade assistida, ao argumento de que, apesar do Relatório Técnico de Acompanhamento sugerir a manutenção da medida mais gravosa, indica também que o adolescente vem se portando de maneira tranquila e não registra faltas disciplinares. Alega, ademais, que a manutenção da constrição de liberdade do menor contraria o art. 42, § 2º, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE e viola os princípios da excepcionalidade, da brevidade da internação e da legalidade, bem como afronta o caráter de reintegração social do sistema.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão impetrado, a fim de impedir o seu trânsito em julgado. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja substituída a medida de internação imposta ao paciente pela de liberdade assistida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente